



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS/CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS

SGAN Quadra 601, Edifício Sede da Codevasf, 4º andar, sala 430-A, Brasília/DF, CEP: 70.830-901

Fones: (61) 3410-2076 / 2078; Fax: (61) 3410-2081

E-mail: sec.executiva@cnrh-srh.gov.br

Ofício nº 27/2007/CTPOAR/CNRH/MMA

Brasília, 03 de setembro de 2007.

A Sua Senhoria o Senhor
ESTÁQUIO LUCIANO ZICA
Secretário Executivo do
Conselho Nacional de Recursos Hídricos
Brasília - DF

Assunto: **Subsídios técnicos à resposta do ofício nº 16/2007 CBH Velhas.**

Prezado (a) Senhor (a),

1. Acusamos o recebimento do ofício nº 16/2007, do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, encaminhando Deliberação Normativa – DN nº 95/2006 do COPAM – Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais, dispondo sobre critérios para o licenciamento ambiental de intervenções em cursos de água de sistemas de drenagem urbana no Estado de Minas Gerais.
2. O referido ofício, enviado à Sra. Ministra de Meio Ambiente, solicita que o Ministério, ao avaliar projetos de saneamento no Estado de Minas Gerais, leve em consideração os termos da Deliberação COPAM e sugere, ainda, que seja estudada a possibilidade de ser adotada *“a mesma política em todo o País, a fim de evitar enchentes e o fim da biota dos rios”*.
3. Conforme ementa da Deliberação Normativa encaminhada, seu objetivo trata da disposição de *“critérios para o licenciamento ambiental de intervenções em cursos d’água de sistemas de drenagem”*, grifo nosso. Nesse sentido e uma vez tratando-se de deliberação COPAM, os critérios apresentados na DN versam apenas sobre o licenciamento ambiental. No entanto, em função dos impactos desses empreendimentos nos corpos de água, podem ser tecidos alguns comentários acerca do tema e dos critérios apresentados, tratando dos aspectos relacionados aos recursos hídricos.
4. As taxas de ocupação existentes às margens do curso de água no trecho onde se deseja realizar a intervenção, bem como a montante e a jusante do local não devem ser os principais fatores para a tomada de decisão quanto à melhor alternativa técnica de projeto a ser implantada para a drenagem urbana. Nesse sentido, ao contrário do apresentado na DN enviada, diversos outros aspectos técnicos devem ser considerados na avaliação e escolha da melhor alternativa de projeto para a drenagem de uma área.

5. O tipo de ocupação previsto para o desenvolvimento urbano pode levar à impermeabilização do solo e à conseqüente redução das taxas de infiltração, que pode indicar o aumento dos volumes escoados. Nesse sentido, os estudos técnicos para a definição do sistema de drenagem de uma área devem considerar aspectos como declividade dos terrenos, tipologia de ocupação, capacidade de infiltração dos solos, nível máximo do lençol subterrâneo, características das águas infiltradas, disponibilidade de áreas para serem usadas como bacias de detenção, valas, valetas ou trincheiras, entre outros fatores não previstos na DN COPAM.

6. Sendo assim, apesar de concordarmos com a necessidade de se ter uma regulamentação voltada à preservação dos cursos de água e à manutenção das seções naturais de escoamento, podem ocorrer situações em que a melhor alternativa técnica para a drenagem de determinada área indique a necessidade de implantação de canais de escoamento.

7. Outro aspecto relevante que vale ser comentado trata da proposição de um Índice de Impacto, com valor numérico baseado na ocupação marginal, na frequência de inundação existente e na ocorrência de focos erosivos. O Índice proposto não encontra sustentação ou argumentação técnica para aplicação corrente em todas as situações possíveis, principalmente considerando os aspectos técnicos citados anteriormente e as características climáticas e hidrológicas diversas existentes no País. Além disso, a pretensa objetividade em seu cálculo perde valor ao considerar aspectos de interpretação subjetiva como o fator referente a eventos de inundação, que podem ser avaliados na DN como anuais, eventuais ou não ocorrerem. Em termos hidrológicos, a consideração sobre a ocorrência de eventos extremos deve ser realizada com base em estudos estatísticos e deve ser apresentada em função do período de retorno estimado, em número de anos.

8. No que se refere aos aspectos relacionados à outorga de direito de uso de recursos hídricos, é importante lembrar que, quaisquer intervenções em corpos de água que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água devem ser analisadas e autorizadas pelas autoridades outorgantes de recursos hídricos, de acordo com a dominialidade do corpo hídrico em que é realizada a interferência.

9. Conforme previsto na Lei Federal nº 9.433/97 “*o regime de outorga tem como objetivos assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água*”. Nesse sentido, a análise das autoridades outorgantes de recursos hídricos de solicitações para implantação de tais interferências deve levar em conta seu impacto ou influência a outros usos existentes ou previstos, considerando todas as alternativas técnicas viáveis para proporcionar a redução dos eventos de inundação a níveis aceitáveis.

10. Apesar de realizarem análises distintas, considerando aspectos técnicos diversos relacionados aos impactos do sistema de drenagem nos corpos de água e no meio ambiente, a outorga de direito de uso de recursos hídricos e o licenciamento ambiental devem ser articulados e ter sua tomada de decisão compatibilizada. Nesse sentido, ressaltamos a importância de procedimentos e critérios compatibilizados nas áreas ambiental e de recursos hídricos, a fim de se fazer uma gestão mais adequada dos sistemas de drenagem urbana.

11. Como início desse processo de articulação de procedimentos, a Resolução CNRH nº 65/2006 estabelece tempos e movimentos entre os atos emitidos pela autoridade outorgante de recursos hídricos e pelo órgão ambiental licenciador. Dessa forma, os procedimentos e diretrizes gerais em nível nacional para os sistemas de drenagem urbana devem ser estabelecidos de modo compatibilizado e articulado entre os Conselhos Nacionais de Recursos Hídricos e de Meio Ambiente. Sendo assim o mesmo procedimento poderá ser adotado no âmbito dos Estados.

12. Em síntese, os termos propostos na DN analisada não encontram sustentação técnica para aplicação em procedimentos de análise do instrumento outorga de direito de uso de recursos hídricos no País.

13. Considerando a relevância do tema apresentado no referido Ofício e, uma vez que não há, ainda, diretrizes gerais estabelecidas por este Conselho para a aplicação desse instrumento em sistemas de drenagem urbana, trata-se de um dos temas que devem ser colocados em pauta nesta Câmara para discussão e elaboração de proposta de resolução assim que terminada a discussão dos atuais temas.

14. Por oportuno, recomendamos, ainda, que seja encaminhada, ao COPAM, sugestão de revisão da DN nº 95/2006, pelas razões aqui apontadas, e que essa revisão seja feita de forma integrada com o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, conforme prevê o Decreto n.º 41.578/2001, que regulamenta a Lei Estadual n.º 13.199/1999.

Atenciosamente,

LEILA CARVALHO GOMES
Presidente da CTPOAR